

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Segundo turno passa pelo RS



FOTOMONTAGEM/IMAGEM/COPIA

Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) voltam às urnas, enquanto a vitória de Luciano Zucco (PL) transforma o Rio Grande do Sul em território estratégico da disputa presidencial. O Brasil acorda sabendo que a eleição presidencial ainda não terminou. Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro terão mais algumas semanas para conquistar um eleitorado que mostrou, novamente, um país dividido. Cada voto fora das bases tradicionais poderá decidir quem comandará o Palácio do Planalto a partir de 2027. Flávio terminou a primeira rodada à frente de Lula, mas sem alcançar a maioria necessária. Começa agora outra eleição. Lula precisa recuperar terreno, reagrupar a esquerda e avançar sobre o centro. Flávio terá de transformar a vantagem do primeiro turno em maioria e ampliar sua votação para além do eleitorado identificado com o bolsonarismo.

O peso do Rio Grande

No Rio Grande do Sul, as urnas produziram uma mensagem mais definida. Luciano Zucco (à esq. na foto acima) conquistou o Palácio Piratini no primeiro turno, com 3.516.048 votos, 58,05% dos válidos. O resultado não veio sozinho. O PL dobrou sua representação na Assembleia Legislativa, passando de seis para 12 deputados e tornando-se a maior bancada. Sanderson (ao centro na foto), do PL, e Marcel van Hattem (à dir. na foto), do Novo, conquistaram as duas cadeiras gaúchas em disputa no Senado.

Nova configuração de poder no Estado

Zucco chega fortalecido ao segundo turno e será uma peça importante na campanha de Flávio. A estrutura política construída em torno de sua vitória deverá ser mobilizada nas próximas semanas. Do outro lado, a esquerda também reorganiza suas forças. Juliana Brizola (PDT), derrotada na disputa pelo Piratini, convocou sua militância para a campanha de Lula. O Rio Grande volta à campanha.

Depois das bandeiras

Há, porém, uma questão maior para os gaúchos. Quem assumir a Presidência encontrará um Estado que ainda precisa de Brasília. Reconstrução, infraestrutura, prevenção de novos desastres climáticos, dívida estadual, competitividade industrial, crédito ao agronegócio e investimentos continuarão sobre a mesa depois que as bandeiras forem recolhidas.

Interlocução política

Se Flávio vencer, Zucco terá no Planalto um presidente de seu partido, condição que poderá facilitar a interlocução política, mas não garante recursos nem elimina divergências federativas. Se Lula for reeleito, Piratini e Planalto estarão em campos políticos adversários. Nesse cenário, ambos precisarão demonstrar capacidade para separar eleição de administração. Esse será o verdadeiro teste.

Acima da eleição

Zucco afirmou, depois da vitória, que pretende governar também para quem pensa diferente. A declaração ganha ainda mais importância diante do segundo turno. O governador eleito tem legitimidade para defender Flávio. Encerrada a campanha, porém, terá a responsabilidade de sentar à mesa com quem estiver no Palácio do Planalto.

PL elege 121 deputados e avança sobre o centrão

Partidos de esquerda terão 24% das cadeiras da Câmara Federal



O PL, partido do clã Bolsonaro, ganhou 23 deputados federais nas eleições e formou uma bancada de 121 parlamentares, a maior da Câmara dos Deputados desde a eleição de 1986. Os deputados tomarão posse em 1º de fevereiro de 2027.

O PT, do presidente Lula, foi de 65 para 70 deputados eleitos e, junto com a federação formada com PCdoB e PV, será a segunda força entre os partidos.

Junto com PDT, PSOL, Rede e PSB, a esquerda representará 24% da Câmara, com 124 deputados ao todo, quase o mesmo número do PL sozinho. A direita ainda conta com o Partido Novo, que elegeu 10 representantes.

Já o centrão diminuiu de tamanho, mas pode crescer com a adesão de deputados de partidos que não atingiram a cláusula de desem-

penho (regra que exige uma votação mínima pelo País para que a legenda continue a ter direito a propaganda eleitoral na TV e rádio e aos recursos do fundo partidário).

A federação entre União Brasil e PP, que hoje contabiliza 98 deputados federais, caiu para 87. O Republicanos do presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), foi de 42 para 41. O PSD diminuiu de 48 para 43 e MDB de 38 para 36.

Apesar disso, esse grupo de partidos continuará a ditar os rumos do País e a ser o fiel da balança nas votações. Sem eles, PT ou PL não serão capazes de formar maioria para aprovar projetos de lei.

A adesão completa ao novo governo, no entanto, poderia garantir com folga votos para alterar a Constituição seriam 389 votos num governo Flávio Bolsonaro (PL) e 382 num novo governo Lula (PT). Para aprovar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) são necessários 308 votos favoráveis.

Contudo, parte dos deputa-

dos eleitos por esses partidos está mais alinhada à esquerda ou, principalmente, ao bolsonarismo. Por isso, uma fidelidade completa é improvável.

O resultado das eleições da Câmara ainda impacta na vitalidade dos partidos políticos: 95% do fundo partidário é repartido conforme o tamanho das bancadas, enquanto 83% do fundo eleitoral, que somou R\$ 5 bilhões em 2026, também depende do desempenho nas eleições para a Casa.

A propaganda eleitoral na televisão e rádio também é proporcional ao número de deputados federais da sigla. O partido que não ultrapassar um número mínimo de votos para a Câmara ou de deputados eleitos, a chamada cláusula de desempenho, fica sem acesso ao fundo partidário e a propaganda eleitoral.

Os deputados ainda dominam a maior parte das emendas parlamentares ao orçamento, que somaram R\$ 50 bilhões neste ano.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC



Nova legislatura com 513 deputados federais eleitos no domingo começará em 1º de fevereiro de 2027

Importância da eleição de deputados federais para os partidos

Fundo partidário: Quase toda a verba (95%), em torno de R\$ 1 bilhão ao ano, é dividida entre os partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados.

Fundo Eleitoral: Dos cerca de R\$ 5 bilhões reservados para a eleição atual, 35% são divididos conforme os votos de cada partido para a Câmara, e 48% seguem o número de deputados que o partido elegeu.

Tempo de propaganda na TV: 90% do espaço é dividido entre os candidatos proporcionalmente ao

número de representantes que os partidos da coligação tenham na Câmara dos Deputados.

Cláusula de desempenho: Partidos que não obtiverem um desempenho mínimo na eleição para a Câmara (2,5% dos votos válidos em pelo menos nove estados, com mínimo de 1,5% dos votos válidos em cada um; ou eleger pelo menos 13 deputados federais, distribuídos em pelo menos nove estados) perdem recursos essenciais à sua existência, como as verbas dos fundos partidário e a propaganda na TV.

Emendas ao orçamento: Cada deputado indicou R\$ 40 milhões em emendas individuais em 2026, enquanto as comissões da Câmara tiveram mais R\$ 8 bilhões em emendas; deputados ainda destinam parte dos R\$ 11,1 bilhões reservados para as bancadas estaduais.

Governabilidade e votações: Bancadas fortes na Câmara também dão peso ao partido na relação com o governo, na definição das votações e em outros temas relativos ao Legislativo.